



Organização Não Governamental de Ambiente, de Utilidade Pública

ONGA com estatuto de utilidade pública |

Associado fundador da CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente e da PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil

Membro de PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico Antinuclear; Coligação C6 para o Ambiente e Natureza. Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR-Seas At Risk

Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS, AZÓRICA; C.A. Almada; FPCUB; Marés, OIKOS; PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral, Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores, SETA, CNE



**OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

Ano Internacional da Pesca e Aquicultura Artesanais 2022



Plano de Atividades Orçamento 2022

Aprovado a 08/01/2022

**João Dias Coelho
Presidente da Direção**

Lisboa, 8 de janeiro de 2022

Índice

Índice	2
I. Objetivos e prioridades	3
II. Resumo Executivo para 2022	3
III. Quem irá fazer o quê em 2022?	6
1. Órgãos	6
2. Grupos de Trabalho	7
Agricultura.....	7
Biodiversidade	8
Consumo Sustentável	8
Eficiência hídrica e energética	8
Energia e Clima	8
Ordenamento do território.....	9
Mobilidade e transportes.....	9
Mar	9
Rios Livres	9
3. Projetos de educação, informação e intervenção ambiental	13
Coastwatch Portugal®	13
Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada – Professor João Evangelista (GEOTA/ PATO) e Reserva Natural Local do Paul de Tornada.....	14
GEOTALINE	15
O Meu Eco-Sistema ®	15
TerraSeixe	16
Renature Monchique.....	18
Renature Leiria	20
Invasoras.MCQ.....	21
SUSTENTURIS	21
UnderWater Watch.....	21
4. Representações junto de ONG ou similares	22
ATTCEI – Associação Transferência de Tecnologia e Conhecimento	22
Agência Oeste Sustentável.....	22
CPADA – Confederação Portuguesa das ADA-ONGA	22
C6 – Coligação de ONGAS GEOTA, FAPAS, SPEA, LPN, QUERCUS, ANP	22
Coligação Participar no PEPAC	22
EEB/BEE – European Environmental Bureau.....	22
MIA – Movimento Ibérico Antinuclear	22
PASC CC	23
PONG Pesca	23
ProTejo	23
Plataforma Oceano Livre	23
Seas At Risk	23
5. Representações em Organismos	24
Conselho Nacional da Água (CNA)	24
Conselho Estratégico da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica (*)	24
Conselho Estratégico do Parque Natural das Serras Daire e Candereiros	24
Conselho Estratégico do Parque Natural da Serra da Arrábida (*).....	24
Conselho Estratégico do Parque Natural de Montesinho (*).....	24
Conselho da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste (*)	24
Comissão de Cogestão do Parque Natural de Sintra Cascais (*).....	24
Comissão Diretiva da Reserva Natural Local do Paul de Tornada	24
CNADS-Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (*)	24
Conselho Consultivo do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (*).....	24
Conselho Consultivo da Comissão Nacional de Coordenação de Combate à Desertificação	24
Conselho Superior de Obras Públicas	25
6. Funcionamento e logística.....	25
Secretariado e apoio técnico	25
Acolhimento de voluntários	25
Equipamento e Software	25
Serviços externos	26
Plano de Formação	26
Sede (obras e manutenção)	26
Condomínio	26
Orçamento 2022	27

I. Objetivos e prioridades

O Objetivos e Prioridades para 2022 seguem os objetivos do mandato dos órgãos sociais.

II. Resumo Executivo para 2022

Espera-se que 2022 apresente algumas das tendências que marcaram os anos anteriores e que vão marcar a agenda política de ambiente, nomeadamente:

- Aumento da frequência de eventos climáticos extremos que afetem o território nacional e internacional;
- Agravamento em relação à pandemia COVID-19, no início do ano, com novas vagas de contágio, de vacinação e medidas severas de restrição, um pouco por todo o lado, podendo verificar-se uma ligeira recuperação, com os impactos no Sistema Nacional de Saúde e noutros problemas de saúde da população, bem como na economia;
- Crise civilizacional das novas migrações e aumento de pressão nas fronteiras, de migrantes provenientes de países em desenvolvimento, nomeadamente, no norte de África e sul dos EUA e México, agravando tensões regionais pré-existentes;
- Aplicação do apoio extraordinário da EU para a crise económica provocada pela COVID 19, principalmente consubstanciado no Plano de Recuperação e Resiliência, o qual recolheu muitas preocupações e críticas de vários setores da sociedade;
- Acordos da Política Agrícola Comum (PAC) e planos estratégicos nacionais (PEPAC) em aprovação, com uma posição forte das ONGA nacionais e europeias, mormente as dificuldades na transparência e na participação ao nível nacional junto das tutelas;
- Continuação do processo de municipalização de responsabilidades do Estado, na sequência da aplicação da Lei 50/2018 e diplomas complementares, receando-se as consequências negativas que poderão derivar da falta do enquadramento adequado, insuficiente avaliação de impactes e dum processo de regionalização nem sequer anunciado;
- Desinvestimento na gestão das instituições com fortes responsabilidades de proteção e gestão dos valores naturais, com aumento da pressão e das ameaças à natureza e biodiversidade terrestre e aquática, com responsabilização crescente das autoridades locais em processos de cogestão de áreas protegidas;
- Crise das matérias-primas e produtos energéticos a intensificar-se a nível mundial, com efeito dominó na cadeia de abastecimentos, explicada, em parte, por desequilíbrios nos fluxos comerciais, face às disrupções causadas pela pandemia e à recuperação da procura em alguns mercados, mais forte e rápida que noutros. A exacerbar o problema está também a especulação económica. Os impactes irão sentir-se na indústria e no índice de preços ao consumidor, com aumento da ordem de 11% face a período homólogo anterior e a uma maior pressão sobre as empresas e as famílias mais vulneráveis do ponto de vista económico e social;
- Pressão das novas metas europeias e do Regulamento Geral de Gestão de Resíduos para os resíduos urbanos e industriais.

A Pandemia COVID 19 – SARS COV 2 – Corona Vírus, nas variantes que vão aparecendo, e a respetiva emergência sanitária que levou muitos países como Portugal a declararem o Estado de Emergência, o Estado de Calamidade e fortes restrições à liberdade de circulação e suspensão temporária de alguns direitos constitucionais, continua em força na Europa, continuará acarretar um impacte económico substancial (desequilíbrio do saldo importador e das finanças públicas, atraso nas respostas económicas de apoio às empresas e famílias), social (aumento generalizado do desemprego e da pobreza, redução muito acentuada da atividade das ONG, com dificuldade nas respostas sociais aos mais necessitados) e ambiental mundial com consequências que ainda são difíceis de calcular. Na sequência, muitos eventos promovidos por diversas organizações, incluindo pelo GEOTA, a ser realizados em teleconferências e seminários online. O

teletrabalho e as reuniões em teleconferência tornaram-se norma para muitos agentes económicos e também para as ONGA. Espera-se que essas tendências continuem, pelo menos, no primeiro semestre de 2022.

As previsões de cenário macroeconómico na Proposta de Orçamento de Estado para 2022 estimam que após a queda do Produto Interno Bruto (PIB) de 8.4% verificada em 2020, o PIB deverá observar um crescimento de 4.8% em 2021 e 5.5% em 2022. Assim, após dois anos de divergência face à média da área Euro, o Governo estima que o crescimento da economia portuguesa ultrapasse a média da Área Euro prevista para 2022 (em 4.6%). De referir que há economias na Europa que apresentam previsões de crescimento muito superiores.

Água: Para 2022, os maiores desafios do Grupo Rios Livres são a preservação em Portugal dos ecossistemas ribeirinhos em estado natural; a melhoria na cooperação transfronteiriça na gestão das bacias hidrográficas partilhadas com Espanha; a promoção de alternativas às barragens para regadio - como a barragem do Pisão e o Projeto Tejo; e a promoção da remoção sistemática de barreiras obsoletas.

Agricultura: O GEOTA continuará a participar da Coligação Participar no PEPAC, da qual faz parte desde 2020, e que reúne dezenas de entidades e personalidades, visando uma intervenção consistente na formação de opinião e de lobby sobre as tutelas governamentais relativamente ao Plano Estratégico da Política Agrícola Comum. Também a criação formal do Grupo de Trabalho de Agricultura, no último trimestre de 2021, decorreu da necessidade crescente de fomentar uma agricultura que use os recursos naturais de forma sustentável, sem prejudicar a biodiversidade, recorrendo ao uso de cultivares locais e adaptados ao clima da região - uma agricultura mais resiliente do ponto de vista social, económico e ambiental. Este grupo de trabalho discute e intervém em temas como as estratégias agrícolas mais resilientes face às alterações climáticas; as consequências da rápida conversão das paisagens agrícolas tradicionais; o aumento da escassez hídrica; os desafios da Política Agrícola Comum; o Pacto Ecológico Europeu e a Estratégia do Prado ao Prato. Em 2022, o grupo continuará a promover modelos agroecológicos e socioeconómicos sustentáveis, que assegurem a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas, sendo economicamente resilientes e socialmente justos.

Conservação da Natureza: As Organizações Não Governamentais de Ambiente continuam a fazer, como fazem há muito, um esforço substantivo na conservação e proteção da nossa biodiversidade, na vigilância e denúncia dos maus atos de gestão ou dos danos causados à natureza por intervenções, quantas vezes, à margem da Lei, como ainda procuram atrair recursos financeiros para conservação da natureza, seja através, sobretudo, de fundos comunitários, seja de algum mecenato privado e empresarial. Neste contexto, as ONGA fazem um verdadeiro trabalho de serviço público, pouco reconhecido, substituindo-se muitas vezes ao Estado na defesa e promoção da Rede Natura, desenvolvendo a sua atividade em vastas áreas do território, sobretudo do território integrado na Rede Natura e sobre muitas das espécies com estatuto público de proteção.

Vamos manter a colaboração na Plataforma C6 para o Ambiente e Natureza (GEOTA, LPN, QUERCUS, FAPAS, SPEA, WWF), o esforço de manutenção do Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada Prof. João Evangelista, junto com a Associação PATO e as parcerias para a gestão da Reserva Natural Local do Paul de Tornada (C.M. Caldas da Rainha, ICNF, GEOTA, Associação PATO, União de Freguesias de Tornada e Salir do Porto). Este ano vão continuar também os projetos Renature, na bacia hidrográfica da ribeira de Seixe, entre o Alentejo e o Algarve litorais, bem como no Pinhal de Leiria.

Energia e clima: Este é um sector crítico para tornar a economia mais competitiva e simultaneamente reduzir os custos para famílias e empresas e os danos ambientais. A Energia e o Clima encontram-se relacionados, no sentido em que visam, entre outros, promover uma política energética nacional mais eficiente e custo-eficaz.

Mineração: continua a manifestar-se a tendência verificada em anos anteriores de uma cada vez maior pressão para que sejam licenciadas novas explorações mineiras, especialmente relacionadas com a extração de lítio e outras matérias-primas.

Nuclear: profundamente ligado ao tema e setor da energia e ao dos resíduos industriais perigosos, o tema ganhou grande relevância no final de 2016 e início de 2017, com os repetidos acidentes verificados na

Central Nuclear de Almaraz, a intenção do Governo Espanhol em prolongar o funcionamento dessa instalação até 2028 e de instalar um depósito de resíduos radioativos nessa localização, a 100 km da fronteira portuguesa. Isto, apesar do anunciado abandono do programa nuclear espanhol em 2035. Mesmo que se verifique, o desmantelamento dessas instalações demorará décadas e irá gerar resíduos perigosos de alta atividade que necessitam de instalações especiais de tratamento e destino final de muito longo prazo. São assuntos que merecem o nosso acompanhamento.

Ordenamento do Território e Mobilidade: O desinvestimento do Estado no setor dos transportes tem levado à degradação do material circulante, dos serviços e ao aumento da insatisfação com os transportes e outros serviços públicos, situação que se agravou com os novos passes metropolitanos Navegante e Andante em situação pré-pandemia. As promessas de investimento situam-se em horizontes temporais demasiado alargados para darem resposta aos problemas de mobilidade do quotidiano dentro das nossas cidades e entre elas. Principalmente, tem faltado um olhar e uma doutrina integradora e abrangente a uma problemática que é, por natureza multidimensional, sectorialmente e corretamente gerível apenas com uma abordagem multiescala. Na situação de retoma que se prevê vir a acontecer, é possível que as dificuldades anteriores se voltem a verificar. Uma nota positiva deve ser acrescentada para o investimento em novas ciclovias em muitas cidades portuguesas e também na expansão da rede de metro em Lisboa. O GEOTA continuará atento a este setor.

Solos: A União Europeia e Portugal continuam a carecer de aprovação da Diretiva Estratégica de Solos que enquadre legalmente os passivos industriais existentes, obrigue à sua resolução e evite a sua criação. Os passivos são conhecidos bem como as técnicas de remediação, que tem sofrido uma enorme evolução nos últimos anos. Os custos de tratamento e remediação de solos e águas subterrâneas, contudo, colocam este problema de resolução de passivos ambientais no fundo das prioridades, malgrado os aspetos ambientais e de saúde pública implicados. Os projetos de exploração mineira de lítio e outros minerais, pela sua extensão territorial, pelas suas implicações ao nível das paisagens, conservação na natureza, saúde de bem-estar das comunidades no interior, normalmente as mais afetadas, vêm a agravar estas preocupações. O diploma “Solos saudáveis” – nova estratégia europeia de proteção dos solos, poderá ser um passo mais próximo da Diretiva. O GEOTA vai permanecer atento a esta temática e a procurar parcerias estratégicas que possam cimentar a sua posição, como a AECAS-Associação Técnica para o Estudo de Contaminação de Solo e Água Subterrânea através de um protocolo estabelecido já em 2019.

Consumo Sustentável: A campanha de Consumo Sustentável assentará a sua atuação na promoção do consumo da água da rede, com um patrocínio da EPAL e na sinergia com os grupos Rios Livres e Agricultura.

Continua a tendência de aumento localizado dos resíduos – consumíveis descartáveis equivalentes a hospitalares e embalagens. Essencialmente, esta crise veio a exacerbar as diferenças políticas de governança na resposta à pandemia e ao nível económico e de desenvolvimento entre países, entre regiões nesses países, entre mais ricos e mais pobres, entre os mais informados e os mais infoexcluídos. O mundo está mais desigual e mais injusto contrariando a tendência que se vinha verificando até então na redução dos diferenciais de alguns indicadores de desenvolvimento.

Mar: Através da PONG pesca bem como com os nossos parceiros e projetos, como o Coastwatch e o UnderWaterWatch, bem como no trabalho em rede de organizações da Academia, do ensino, do setor associativo e as autoridades locais, procuraremos cimentar a intervenção do GEOTA no acompanhamento das principais temáticas ligadas à exploração sustentável dos recursos marinhos.

Redes de parcerias: vai procurar desenvolver-se as redes de parcerias em projetos já tradicionais – Rede de Coordenadores Coastwatch, Paul de Tornada – e ainda desenvolver outras ao nível nacional: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente, C6-Coligação de ONGA para o Ambiente e Natureza, Coligação Participar no PEPAC, PASC-Plataforma de Associações da Sociedade Civil Casa da Cidadania, PONG Pesca-Plataforma de ONGA para a Pesca, ProTejo, Oceano Livre; e internacional: EEB-European Environmental Bureau, SAR-Seas At Risk, bem como os novos parceiros nos projetos financiados pela MAVA. O novo quadro comunitário e os financiamentos disponíveis na Europa apontam, em quase todos os casos, para projetos em rede de parceiros.

III. Quem irá fazer o quê em 2022?

1. Órgãos	Equipa (até às eleições 2022, em que termina o mandato)
Assembleia Geral Reunião ordinária da Assembleia-geral em março de 2022	Presidente: João Miguel Dias Joanaz de Melo (nº 17) Vice-presidente: Hélder António de Oliveira Careto (nº 470) Secretário: Pedro Campos Rodrigues da Costa (nº862) Suplente: Pedro Miguel Faria Mota (nº 2679)
Comissão Executiva A CE reunirá, em princípio, numa base semanal, durante 2022	Presidente: João Carlos da Silva Bastos Dias Coelho (nº15) Vice-presidente: Patrícia Tavares Latino Tavares Rocha (nº2558) Vice-presidente: Olga Alexandra Romão Branco Brito e Abreu (nº 1677) Vice-presidente José Maria Candeias (nº2666) Tesoureira: Marlene Isabel Figueiredo Alves Pereira Marques (nº 20) Suplente: Luís Miguel Batista Jerónimo (nº 2649) Suplente: António Miguel Portugal Galvão (nº2531)
Conselho Fiscal Reunião para apreciação dos documentos a aprovar na Assembleia Geral e participação pontual nos outros órgãos por convite.	Presidente: Carlos Miguel Murta do Sacramento (n.º 2260) Vogal: Maria Isabel Lopes Moura Teixeira (n.º 753) Vogal: Maria da Conceição da Costa Martins (n.º 57) Suplente: Hélio Carlos Rasteiro Antunes (nº 2684)
Direção Reuniões mensais em 2022.	Comissão Executiva e coordenadores de grupos e Projetos cf imagem abaixo.
Conselho Geral A realização de reuniões deste órgão dependerão do evoluir das condições sanitárias em 2022.	Direção do GEOTA e ONGA com protocolo de representação: ADAPA, AEAT, Amigos da Beira, Azórica, FPCUB, Oikos Leiria, PATO, Palhota, OnGaia, Marés, Centro de Arqueologia de Almada, ARCHAIS, ADPCCBombarral, Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, SETA, Amigos dos Açores, CNE

2. Grupos de Trabalho

Agricultura

- Campanha sobre o custo da água
- A campanha "Mitos na agricultura"
- Acompanhamento dos assuntos tratados na Coligação Participar no PEPAC
- Acompanhamento do empreendimento hidroagrícola do Crato (Pisão)

Jerónimo Duarte ©

Patrícia Tavares

Catarina Miranda

Marlene Marques

Jéssica Loureiro

Alexandre Pereira

Lígia Figueiredo

O grupo de trabalho de agricultura foi formalmente criado no último trimestre de 2021 com o intuito de fazer uma apreciação geral de vários temas que direta ou indiretamente estão ligados à agricultura e têm sido as grandes tendências do país. Os temas são de dimensão e importância crescentes, sendo difícil acompanhar com o devido critério atendendo à disponibilidade reduzida de uma equipa relativamente pequena. Seria muito valioso que em 2022 se conseguisse angariar mais participantes.

Existem duas campanhas que são orientadoras dos esforços do grupo no curto prazo: “O real custo da água na agricultura” e “Mitos na agricultura”. Ambas têm um título elucidativo sobre o seu cariz e são complementares uma à outra, apesar de diferentes de raiz e no seu alcance.

A campanha “O real custo da água na agricultura” foi concebida com o intuito de informar as pessoas dos custos inerentes à água utilizada na agricultura que é fortemente subsidiada, quer com dinheiros públicos nacionais quer subsídios europeus, e outros fatores que caracterizam o custo para além do financeiro como a pegada ecológica associada a essa exploração hídrica. Esta é uma campanha alargada que já foi lançada com um webinar realizado a 29/11 para o público geral e pretende culminar num documentário que compile os principais apanhados das realidades escondidas por detrás da água de rega dos vários tipos de agricultura que se fazem pelo país. Irá dar-se continuidade aos vários contactos iniciados por causa da realização do webinar para apurar as informações mais relevantes de cada tipo de agricultura dominante em determinada região do país. Pondera-se a realização de uma campanha de crowdfunding para angariação de fundos para realização de um documentário que faça jus à importância do tema.

A campanha “Mitos na agricultura” pretende desmistificar alguns factos escondidos por detrás de alguns alimentos e práticas agrícolas que são geralmente desconhecidos pelo consumidor final. O mercado alvo da campanha é o público em geral e usará as principais redes sociais como plataformas de divulgação num modelo de periodicidade pouco frequente e leve de digerir, com informações facilmente assimiláveis por qualquer pessoa. Esta campanha ainda não foi lançada e não tem uma data ultimada para tal mas pretende-se que seja no início do ano. O tema escolhido para lançamento foi os abacates do Algarve.

O grupo de agricultura tenta também acompanhar a atualização da PAC através da participação da coligação Participar no PEPAC. Esta coligação é coordenada por 3 ONGAs que fazem maior parte do trabalho de acompanhamento e produção de conteúdos e que reportam ao resto das associações membros da coligação (cerca de 40). Este assunto é bastante técnico e burocrático e exige uma carga horária difícil de sustentar pelos membros atuais do grupo, sendo que se tem estado numa postura mais passiva do que ativa. Os prazos de participação pública estão prestes a fechar e prevê-se que venha uma PAC em muito semelhante ao que já existia, que infelizmente respeita pouco os recursos naturais e está mais virada no extrativismo.

Outro assunto que o grupo de agricultura tem acompanhado junto do grupo do Rios Livres é a barragem do Pisão, que a andar para a frente irá fomentar mais agricultura intensiva à

custa da destruição de uma área extensiva de montado e agriculturas com pouco impacto ambiental que caracterizam a região há muito tempo.

Prevê-se que o grupo continue com as suas reuniões semanais de 1 hora que ultimamente têm-se realizado às 3^{as} feiras às 8h. Durante estas reuniões por vezes surgem ideias de outros assuntos e campanhas que mereciam ser realizadas, sendo que para já será melhor arrumar essas boas ideias na gaveta e dar o devido seguimento às duas campanhas cujo compromisso já foi criado.

Biodiversidade

- Desenvolvimento dos projetos TerraSeixe e Renature Monchique, Leiria e Invasoras.MCQ (vd. Seção respetiva), na bacia hidrográfica da Ribeira de Seixe, Alentejo e Algarve e no pinhal de Leiria.
- Reserva Natural Local do Paul de Tornada - sítio Ramsar
- Participação ativa na Coligação C6

J. Roborg-Søndergaard
Miguel Jerónimo
João Madeira
Teresa Lemos
Carla Pacheco
Helder Careto

Patrícia Latino Tavares ©

Miguel Macias Sequeira

Consumo Sustentável

1. Lítio. Participar nas consultas públicas dos Estudos de Impacte Ambiental e Avaliação Ambiental Estratégica. Colaborar com as associações locais das regiões onde se pretende fazer a prospeção e exploração do lítio na partilha de informação e defesa dos seus interesses

2. Alterações Climáticas Informação dos cidadãos e participação do Geota nas iniciativas de rua contra as alterações climáticas.

3. Projecto Bebedouros Públicos para a Cidade de Lisboa

parceria com a EPAL e com a CML - Fazer um ponto da situação e defesa dos bebedouros públicos da cidade de Lisboa, no período pós pandemia

Manuel Lucas ©
Helder Careto

Eficiência hídrica e energética

Identificação e divulgação de dispositivos que visem a eficiência hídrica em edifícios

Determinação e divulgação de possível estratégia nacional de eficiência hídrica em edifícios

Identificar propostas de alteração legislativas que potenciem a eficiência energética em edifícios.

Proposta de colaboração com a EPAL visando: Construção de expositor demonstrativo, com dispositivos de consumo de água existentes numa habitação, com e sem eficiência hídrica; Criação de programa de monitorização e demonstração considerando algumas habitações a título de voluntariado em que numa primeira fase se identificavam os caudais associados aos dispositivos existentes e respetivos consumos mensais, e numa segunda fase, os caudais associados a novos dispositivos com eficiência hídrica e os consumos mensais associados.

Energia e Clima

Acompanhamento da Lei do Clima e restante política energética.

Planeamento de campanha nacional sobre a fiscalidade ambiental.

Acompanhamento do tema das centrais fotovoltaicas de grande dimensão e participação nas consultas públicas dos Estudos de Impacte Ambiental. Colaborar com as populações

João Joanaz de Melo
Miguel Macias Sequeira
Maria João F. Sousa
Pedro Mota

locais na defesa dos seus interesses.

Ordenamento do território

João Dias Coelho (C)

Os membros da área irão definir o seu plano de trabalhos. Assuntos principais:

- Cogestão de Áreas Protegidas e conservação da natureza;
- Ordenamento da Serra de Carnaxide;
- Instalação de unidades FER em REN, RAN, áreas protegidas e RN2000;
- Angariação de novos colaboradores.

Mobilidade e transportes

Organizar uma série de webinars sob o mote "O que faz falta" com o duplo objetivo de (i) disseminar a informação e ideias que o GEOTA tem vindo a defender (ii) chamar ao diálogo interlocutores com quem o GEOTA tem dialogado menos (iii) abordar temas concretos.

Criar uma ferramenta de comunicação onde os interessados são convidados a contar cenas reais sobre a sua experiência de utilizadores dos transportes e a dar sugestões de melhoria.

Continuar do acompanhamento da política de transportes e mobilidade.

Participar nas decisões sobre transportes, designadamente na expectável avaliação ambiental estratégica do novo aeroporto de Lisboa.

Acompanhamento da execução do PNI 2020 (Programa Nacional de Investimentos)

Ana Catarina Oliveira
Eduardo Zúquete
Filipa Fernandes
J. Joanaz de Melo
Lora Simeonova
Marlene Marques
Pedro Costa
Sofia Silveira

Mar

Continuação dos trabalhos na temática

Promoção dos projetos UnderWaterWatch e Coastwatch

Acompanhamento dos assuntos da PONG Pesca e do Seas At Risk

Exploração de perspetivas de financiamento de projetos ligados ao mar

José Maria Candeias
Helder Careto
Carla Pacheco
Teresa Lemos

Rios Livres

Ana Catarina Miranda ©

1. Enquadramento

O Grupo de Trabalho Rios Livres do GEOTA é financiado pela fundação suíça MAVA através do projeto *Reconnecting Iberian Rivers*. As preocupações inerentes às pressões sobre os recursos hídricos têm-se agravado, o que muito se deve às estratégias introduzidas pelo Programa Nacional de Regadios, através do qual surgem novos projetos de regadio em várias regiões do país. São particularmente preocupantes os projetos previstos para a Bacia do Tejo, como os definidos pelo Projeto Tejo e pelo Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato (Barragem do Pisão).

Lígia Figueiredo
Vera Oliveira
Nélia Ramos
Helder Careto
Saude Martins

A utilização sustentável da água deve integrar uma gestão eficiente da capacidade de armazenamento, bem como uma gestão eficiente da utilização da água, garantindo os caudais ecológicos, conduzindo à redução dos consumos globais em zonas de maior escassez hídrica. De acordo com isto, estrategicamente, não é viável, numa situação de emergência climática, apostar em atividades que necessitam de elevados consumos hídricos, como as monoculturas intensivas. Neste sentido, a gestão de recursos hídricos deve compatibilizar-se com as metas definidas pelas estratégias europeias, como o Pacto Ecológico Europeu e a Diretiva Quadro da Água. De acordo com o Relatório Especial da

Utilização Sustentável da Água na Agricultura, efetuado pelo Tribunal de Contas Europeu: *“O financiamento da UE para projetos de irrigação tem salvaguardas fracas contra a utilização insustentável da água. A instalação de novas infraestruturas de irrigação que alarguem a superfície irrigada irá provavelmente aumentar a pressão sobre os recursos de água doce”*. É de facto essencial uma mudança de paradigma na gestão dos recursos hídricos, com a integração das questões ecológicas, sociais e económicas.

Considerando que acautelar as necessidades hídricas para as atividades humanas, nomeadamente para a agricultura, terá sempre impactes ecológicos nos rios, reforça-se a necessidade de entender estes sistemas como corredores ecológicos importantes para a manutenção da biodiversidade e dos processos ripícolas. Para isso, devem considerar-se sistemas agrícolas adequados, de forma a reduzir as áreas fortemente dependentes do regadio, com práticas agrícolas sustentáveis e regenerativas. Deve ainda reduzir-se a fragmentação dos habitats, para a qual contribuem, em grande medida, a construção de novas barragens e as grandes extensões de monoculturas de regadio. Na abordagem à construção de novas barragens, é essencial considerar a compatibilização dos objetivos de aumento da eficiência hídrica para as atividades humanas com os objetivos de qualidade definidos na Diretiva Quadro da Água. Neste sentido, as estratégias preconizadas devem refletir soluções alternativas, que promovam o desenvolvimento de paisagens “produtoras” de água, que minimizem a dependência dos recursos hídricos.

A gestão eficiente dos recursos hídricos tem de considerar a conservação dos ecossistemas, a manutenção da biodiversidade e a manutenção dos serviços de ecossistemas fluviais. Globalmente, é necessário apostar na recuperação da Paisagem Fluvial e do território degradado pelas inúmeras pressões que tem vindo a ser alvo, restaurando os ecossistemas de forma a promover a infiltração de água no solo e a recarga dos aquíferos. Isto implica, necessariamente, repensar o Programa Nacional de Regadios e apostar em estratégias de agricultura sustentáveis, que não prejudiquem a biodiversidade e os ecossistemas, suprimindo o desenvolvimento económico e social, e minimizando o consumo de água.

A visão do GEOTA continua centrada em *defender rios vivos: proteger os livres, cuidar dos ameaçados, salvar os que estão em risco*, mas com uma reorientação das ações de modo a dar resposta aos novos problemas, desenvolvendo esforços para *transportar o conhecimento científico para a sociedade civil e para os decisores políticos, informando e mobilizando os cidadãos e influenciando as políticas públicas*.

2. Plano de Ações 2022

2.1. Barragem do Pisão e Programa Nacional de Regadios

Consideramos essencial que o GEOTA se continue a afirmar perante a opinião pública, Governo, entidades do Estado e forças políticas, enquanto a ONGA que mais tem alertado para os impactes ambientais e sociais inerentes à construção de barragens de forma desmedida e sem estudos rigorosos.

Numa altura em que diretrizes europeias como o Pacto Ecológico Europeu, a Estratégia do Prado ao Prato, a Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2030 e a Diretiva Quadro da Água, enfatizam a urgência de preservar os ecossistemas e a biodiversidade e de desenvolver sistemas agroalimentares sustentáveis, as estratégias do Governo Português continuam a apontar para modelos que implicam um consumo elevado de água, de práticas agrícolas assentes em monoculturas com grandes necessidades hídricas e dependentes do regadio, e que dependem da construção de novas barragens.

Consideramos que, ao invés do investimento em políticas agrícolas que vão contra uma estratégia de futuro para preservação da água, é importante assegurar a preservação dos

recursos hídricos através do investimento em práticas agrícolas mais sustentáveis, adaptadas às condições ecológicas locais, com uma menor pressão hídrica, promotoras da regeneração dos solos. As grandes culturas intensivas que hoje predominam nas regiões em que o regadio foi mais promovido, como o olival e o amendoal, são responsáveis pelo consumo de grandes quantidades de água, sem impactos sociais e económicos positivos significativos a nível local.

Neste sentido, uniremos esforços para que, em conjunto com uma campanha de comunicação a nível nacional, juntamente com o trabalho de lobby político junto dos partidos com representação parlamentar, possamos influenciar a decisão de construção da anunciada (em 2021) Barragem do Pisão, originar uma reflexão profunda sobre o Programa Nacional de Regadio e sobre outros projetos de investimento como o Projeto Tejo.

A realização da campanha nacional de comunicação terá como objetivo aumentar a consciencialização da opinião pública para os impactes das barragens e de práticas agrícolas insustentáveis, como também a promoção de novas alternativas à construção de barragens como o Restauro Fluvial e a Remoção de Barragens.

A campanha contará com:

- Ativação de meios de comunicação de massa como redes sociais e outras plataformas digitais, como também outros canais de comunicação convencionais, de forma a atingir as notícias nacionais e a opinião pública;
- Ação judicial;
- Reuniões de sensibilização com *stakeholders* e população;
- Evento, com a presença de *stakeholders* e população, de forma a criar impacto no âmbito nacional e alertar para os problemas da má gestão da água e da construção de novas barragens

2.2. Cooperação transfronteiriça entre Portugal e Espanha no âmbito das Bacias Hidrográficas

O desenvolvimento de Estratégias de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal é um foco fundamental do projeto Rios Livres, que procura soluções conjuntas que contribuam para a mitigação de fragilidades que ainda persistem na gestão das bacias hidrográficas, nomeadamente, em termos ambientais e de conservação da biodiversidade, como também no que respeita ao desenvolvimento territorial, às atividades económicas e à qualidade de vida da população. Sendo uma bacia hidrográfica um elemento partilhado por diferentes divisões territoriais, é essencial a cooperação transfronteiriça na gestão das bacias hidrográficas.

As estratégias a implementar no âmbito da cooperação transfronteiriça passam pelo lobby e pelo desenvolvimento de uma campanha internacional comunicação com os parceiros ANP|WWF, IUCN-Med, INDUCAR, CEDOUA, WI-EA e WWF-ES, baseada num Memorando de Entendimento assinado por todos os parceiros no final de 2021, com o objetivo principal de restaurar a qualidade ecológica e a conectividade nas Bacias Hidrográficas Ibéricas. A implementação de um regime de caudais ecológicos será uma questão relevante a refletir e atuar, no sentido do estabelecimento de caudais ecológicos regulares, contínuos e instantâneos, e respeitando a sazonalidade das estações do ano.

Para 2022, pretende-se:

- Desenvolver uma mensagem comum ibérica sobre os rios e gestão de bacias

hidrográficas com base no "memorandum de entendimento" e produzir um instrumento de comunicação que permita

- Desenvolver um artigo de boas práticas na gestão transfronteiriça de rios.

2.3. Estratégia de lobby e advocacia - Expansão da área do Parque Natural de Montesinho

Um estudo académico desenvolvido em toda a bacia do Douro no âmbito do projeto anterior - *Reviving Douro Basin* - concluiu que a área abrangida pelo Parque Natural de Montesinho (PNM) era insuficiente para a conservação dos recursos hídricos e da biodiversidade, realçando a necessidade de uma extensão do mesmo. Infelizmente, esta proposta nunca foi considerada pelas autoridades.

Considerando que a integração da ciência e ativismo ambiental constitui um poderoso instrumento para a conservação da natureza e promoção da biodiversidade dos rios e dos ecossistemas de água doce, o Grupo de Trabalho Rios Livres irá realizar uma campanha de lobby e advocacia política, no sentido de pressionar a tomada de decisão de extensão da área do PNM. Para isso iremos promover as seguintes ações:

- Apresentação de 1 artigo científico sobre o tema na conferência "ISRivers 2022: Integrative sciences. Researches et actions."
<https://asso.graie.org/isrivers/en/accueil/> ;
- Reuniões de trabalho com ICNF;
- Campanha de sensibilização da população e *stakeholders* locais.

2.4. Planos de Gestão de Região Hidrográfica - 3º ciclo

A boa gestão dos recursos hídricos depende em larga medida dos instrumentos de gestão como os Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH). A participação das organizações não governamentais nos processos de consulta pública é fundamental e por isso, durante o ano de 2022, o Grupo de trabalho Rios Livres irá dinamizar ações neste sentido. A atuação terá a preocupação em assegurar o cumprimento de pressupostos como o de "não permitir o aumento da área irrigada se o estado da massa de água for inferior a bom" e o de "considerar Investimentos em novas albufeiras somente se não houver impacto ambiental negativo". Esta questão remete-nos para a importância de se realizarem Estudos de Impacte Ambiental atempadamente, que possam integrar um verdadeiro processo participativo, que envolva a população e os *stakeholders*, previamente à tomada de decisão de investimentos em novas barragens.

Na 3ª geração dos PGRH será também enfatizada a questão da continuidade ou reposição da continuidade fluvial como uma questão emergente para o restauro dos ecossistemas fluviais. As barragens e barreiras à conectividade fluvial perturbam o funcionamento natural dos ecossistemas ribeirinhos e causam declínios de larga escala não só nas populações de peixes, mas também em outros táxons. Para além disso, constituem importantes barreiras ao fluxo natural da água e dos sedimentos. Por esta razão, as barragens e barreiras que são obsoletas ou que não são usadas devem ser removidas, permitindo aos rios retomar o seu estado mais próximo do "natural".

Durante 2022, o grupo de trabalho RL realizará ações no sentido de promover a implementação de um programa de "Remoção de Barreiras", com o financiamento inerente, como os que existem por toda a Europa e mundo, para remoção de barreiras obsoletas (Dam Removal Europe), como uma aposta clara no restauro ecológico dos ecossistemas ribeirinhos e no cumprimento das metas estabelecidas na Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2030, nomeadamente, o restauro de pelo menos 25 000 km de rios através da remoção de barreiras obsoletas e da recuperação de ecossistemas

ribeirinhos.

2.5. Iniciativa Legislativa de Cidadãos Rios Livres

A [Iniciativa Legislativa de Cidadãos Rios Livres](#) (ILC) conta já com mais de 4 mil assinaturas, mas precisa de atingir as 20 mil para ser discutida na Assembleia da República. Para tal, o apoio dos associados através da subscrição e partilha da ILC é de fundamental importância. Em 2022, continuaremos a desenvolver diversas ações de comunicação sobre os impactos das barragens e a necessidade de protegermos os rios, habitats e ecossistemas ribeirinhos, promovendo a Iniciativa Legislativa de Cidadãos Rios Livres.

2.6. Produção de Conteúdos para Comunicação

Com o objetivo de otimizarmos os nossos recursos internos em prol de um reforço na comunicação do projeto, serão lançados durante 2022 diversos tipos de materiais de comunicação, incluindo vídeos de informação e sensibilização, vídeo-Reportagens e podcasts.

2.7. Preparação de Campanha Internacional 2022

Durante 2022 será realizada uma campanha internacional em colaboração com WWF Adria, EuroNatur e RiverWatch. Esta campanha terá como principal objetivo que a Directiva Europeia para as Energias Renováveis não mencione a energia hidroelétrica como uma energia “verde”, já que esta tem graves impactos ambientais.

3. Projetos de educação, informação e intervenção ambiental

Coastwatch Portugal®

O Coastwatch é um projeto europeu de educação ambiental e cidadania participativa, coordenado em Portugal pelo GEOTA há 32 anos. Os participantes percorrem o litoral registando dados ambientais com referência aos aspetos biofísicos, de poluição, biodiversidade, e ameaças e riscos observados e sempre que possível recolhem lixo. Anualmente participam milhares de voluntários de vários níveis etários e uma rede de coordenadores regionais (ONGS, Municípios, Escolas, Associações, entre outros).

O GEOTA disponibiliza materiais didáticos e pedagógicos com questionários adaptados a diferentes faixas etárias, uma aplicação para inserção de dados - App Geota Questionários (disponível para Android), fichas informativas da biodiversidade e fitas colorimétricas de nitritos/nitratos para monitorização das entradas de água doce.

Atividades previstas para 2022 (campanhas anuais 32ª Coastwatch 2021-2022 “Emergência Oceano” e 2022-2023):

- i. Sessões Informativas Online “O Oceano começa em nossa casa” – a ecologia das zonas costeiras e como fazer saídas de campo Coastwatch.
Destinatários: Toda a comunidade educativa e outras entidades
- ii. Oficinas Técnicas sobre a ecologia das zonas costeiras e/ ou biodiversidade marinha e/ou lixo marinho
Destinatários: Toda a comunidade educativa e outras entidades
- iii. Ações de Formação de curta duração “À descoberta da ecologia da praia ...”
Destinatários: Educadores de infância e professores de todos os níveis de ensino, estudantes, técnicos de ONGs, autarquias e empresas, investigadores, jovens e público em geral.

© Teresa Lemos



Carla Pacheco (professora em mobilidade)

José Candeias

Helder Careto

Saude Martins



Áreas de Trabalho/Atividades

Coordenação ©/Equipa

- iv. Saídas de campo Coastwatch;
- v. 32º seminário “Emergência Oceano”, na primeira quinzena de julho.



Parcerias: rede de Coordenadores regionais

O projeto conta com a colaboração de uma docente em destacamento no GEOTA através da Rede de Docentes em Mobilidade da Agência Portuguesa do Ambiente – apoio do Ministério da Educação, Agência Portuguesa do Ambiente e Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

<https://coastwatch.pt/>

<https://www.facebook.com/CW.Coordenacao.Nacional/>

<https://www.instagram.com/coastwatchnacional/?hl=pt>

Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada – Professor João Evangelista (GEOTA/ PATO) e Reserva Natural Local do Paul de Tornada

Teresa Lemos ©

O Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada – Professor João Evangelista, é um equipamento para a Educação e Sensibilização Ambiental. O Centro é dotado de um Plano de Atividades e Serviço Educativo e funciona como espaço de receção e interpretação da Reserva Natural Local do Paul de Tornada. O Centro é cogerido pelo GEOTA e pela Associação PATO.



O GEOTA integra a Comissão Diretiva da Reserva Natural, colaborando na sua gestão e contribuindo para alcançar os seus objetivos e missão, assim como o cumprimento do seu Plano de Gestão. O Paul de Tornada foi classificado como Reserva Natural Local em 2009, integra a Rede Nacional das Áreas Protegidas e a nível internacional está classificado como Sítio Ramsar.



Atividades:

- i. Dinamização de visitas de estudo e oficinas temáticas pedagógicas destinadas ao público escolar e outros;
- ii. Promoção de workshops e ações de formação (presenciais e online);
- iii. Apoio a ações de voluntariado;
- iv. Apoio a estágios e investigação;
- v. Restauro e manutenção das galerias ripícolas e de corredores ecológicos;
- vi. Manutenção e melhoramento dos charcos temporários;
- vii. Apoio e colaboração na monitorização e estudos de fauna e flora (ex.: anilhagem de aves, câmaras de armadilhagem fotográfica);
- viii. Melhoria das condições de segurança e acessibilidades do espaço – limpeza e manutenção de trilhos e espaços envolventes;
- ix. Controlo de infestantes;
- x. Dinamização do viveiro de plantas autóctones;
- xi. Monitorização da qualidade da água das linhas de água e da lagoa central da reserva através de equipamento de monitorização contínua;
- xii. Emissão e transmissão de imagens de vigilância da vida selvagem;
- xiii. Produção e divulgação de conteúdos de informação e sensibilização (painéis informativos e vídeos).

Carla Pacheco (professora em mobilidade)
Helder Careto
Saude Martins



Parcerias na gestão do Centro e da Reserva:

Associação PATO, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, Instituto de Conservação da

Natureza e Florestas, União de Freguesias de Tornada e Salir do Porto.

Apoios:

Instituto Português do Desporto e da Juventude, Águas do Tejo e Atlântico, Oeste Sustentável, Fundo Ambiental.

O Centro conta com a colaboração de uma docente em destacamento no GEOTA pela Rede de Docentes em Mobilidade da Agência Portuguesa do Ambiente - Ministério da Educação, Agência Portuguesa do Ambiente, Direção Geral da Educação e Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares.

www.ccept.pt

<http://www.facebook.com/pages/Centro-Ecol%C3%B3gico-Educativo-do-Paul-de-Tornada-Prof-Jo%C3%A3o-Evangelista/360549383968680?ref=hl>

https://www.instagram.com/paul_de_tornada/

GEOTALINE

Continuar a atividade do canal GEOTALINE, através do envio de informação selecionada e regular aos associados por via eletrónica permitiu difundir de modo mais alargado conteúdos de interesse ambiental geral e divulgar iniciativas que o GEOTA e rede de instituições que nos contactam vão organizando.

Organizar um encontro de associados na oportunidade de um evento institucional do GEOTA, se as condições sanitárias o permitirem.

O Meu Eco-Sistema®

manutenção dos suportes de informação existentes com a renovação do seu conteúdo.

Saúde Martins ©

Helder Careto

Teresa Lemos



Hélder Careto ©

Apoio secretariado e contabilidade
Saúde Martins

TerraSeixe

Miguel Jerónimo ©

Atividade | Implementação de projeto de gestão ambiental partilhada.

O Projeto TerraSeixe – Gestão Ambiental Partilhada no Sudoeste de Portugal, nasce de preocupações com a proteção e conservação de espécies endémicas, num contexto biogeográfico particular, onde é possível identificar reservas de material genético, como é o caso do *Quercus canariensis*. O Projeto TerraSeixe está integrado na Rede Natura 2000 e Rede Nacional de Áreas Protegidas existentes. Tendo como unidade de análise a Bacia Hidrográfica da Ribeira de Seixe (BHRS), que inclui parte dos municípios de Monchique, Aljezur e Odemira, entendida como paisagem multifuncional, o projeto prossegue uma abordagem socioecológica, no sentido de pretender envolver os diferentes stakeholders na sua implementação, pelo menos no âmbito local e regional.

A estratégia de financiamento assenta numa lógica de financiamento múltiplo, sendo assegurada a exequibilidade das diversas componentes de intervenção de forma independente, para o que estão a ser formalizadas parcerias.

A principal tarefa a desenvolver para o ano de 2022 no Projecto TerraSeixe será o encerramento da operação candidatada ao Programa CRES Algarve2020;



Coordenação: GEOTA

Primeiro parceiro/cofinanciador:
Acção Ambiental / CCDR Algarve (PDR 2020)

Parceiros:

- Câmara Municipal de Monchique
- Câmara Municipal de Aljezur
- Câmara Municipal de Odemira
- Junta de Freguesia de Odeceixe
- Universidade de Évora/CIBIO - InBio
- Universidade do Algarve
- Universidade de Lisboa/ICS
- Universidade Nova de Lisboa/FCT
- Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas - Algarve
- Agência Portuguesa de Ambiente – ARH Algarve
- Associação Vicentina

Para mais informações consultar:

<https://www.terraseixe.org/>

ou

<https://www.geota.pt/projetos/terraxeixe>



Fig. 1 – Área de intervenção do projeto Cordão Verde.

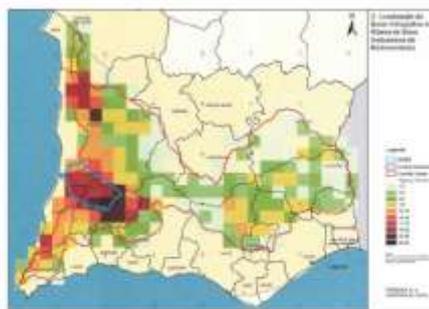


Fig. 2 – A BHRS como hotspot para a biodiversidade no sul de Portugal.

Além das tarefas principais já identificadas pretende-se também desenvolver outras paralelamente e complementares:

- Estabelecer uma coordenação a médio-longo prazo com os parceiros do projecto.
- Identificar propriedades disponíveis para desenvolver processos de restauração ecológica na BHRS.
- Identificar fontes de financiamento nacionais e internacionais.
- Identificar os critérios de elegibilidade para o Programa LIFE.

Desenvolver material de design e comunicação.

Tarefa 1: Conclusão Operação CRES Algarve 2021



WP 1 - INFRAESTRUTURA VERDE, SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS E REFÚGIO CLIMÁTICO

Objectivo:

Atualmente as redes ecológicas são entendidas na Europa como fundamentais para o desenvolvimento territorial através do uso multifuncional do capital natural.

Com a definição de uma infraestrutura ecológica para a BHRB pretende-se:

- Garantir a manutenção, a funcionalidade e a sustentabilidade dos sistemas biofísicos (ciclo da água, do carbono, do azoto), assegurando, desta forma, a qualidade e a diversidade das espécies, dos habitats, dos ecossistemas e das paisagens.
- Definir a rede ecológica a partir de corredores ecológicos que assegurem conexões funcionais e estruturais entre as áreas consideradas nucleares do ponto de vista da conservação dos recursos para, desta forma, contrariar e prevenir os efeitos da fragmentação e artificialização dos sistemas ecológicos, bem como a continuidade dos serviços providenciados pelos mesmos.
- Identificar de áreas fundamentais para a restauração ecológica, definição do Estado de Referência e das técnicas mais adequadas de intervenção.
- Valorar os serviços dos ecossistemas.

Para além disso, a situação geográfica da BHRB permitiu níveis elevados de estabilidade climática ao longo do tempo geológico facilitando a persistência de espécies adaptadas a climas subtropicais, quentes, húmidos e com baixas amplitudes térmicas. Um exemplo destas espécies é o emblemático *Quercus canariensis* cuja distribuição em Portugal se encontra restrita à Serra de Monchique, incluindo a BHRB. As variáveis geográficas que criaram condições para a existência deste refúgio climático são constantes em escalas geológicas sendo, portanto, indicadores de previsíveis condições de estabilidade climática durante as alterações climáticas em curso e previstas para o decorrer do século XXI. No entanto, a existência ou eficácia destes refúgios pode ser reforçada por uma gestão desadequada do território, nomeadamente através de práticas de utilização do solo que conduzem a uma elevada erosão do solo e à degradação do coberto vegetal natural, aumentando o risco de incêndio. Neste âmbito, o projeto inclui também os seguintes objetivos:

- Proceder ao zonamento das áreas de elevada estabilidade climática na BHRB com vista à identificação de uma rede regional de refúgios microclimáticos para a biodiversidade;

Identificar corredores de dispersão entre refúgios climáticos por forma a facilitar a adaptação da biodiversidade às alterações climáticas e assim garantir a persistência dos serviços dos ecossistemas associados a estes elementos da biodiversidade.

WP 2 - PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL PARTILHADA

Objectivo:

A gestão ambiental partilhada assenta em princípios de partilha de responsabilidades e no estabelecimento de compromissos de gestão que sejam convergentes em função de objetivos comuns definidos de forma colaborativa. Assim, a gestão ambiental partilhada da BHRS tem como objetivos:

- Criar condições para a definição partilhada de objetivos de gestão ambiental sustentável e para o estabelecimento de uma carta de compromissos que tenha por base a negociação de um posicionamento consensual por parte das instituições públicas e do sector privado (tanto proprietários como empresas, como é o caso da Navigator);
- Propor um conjunto de medidas de gestão adequados aos refúgios microclimáticos e aos corredores de dispersão entre eles;
- Assegurar a informação, a sensibilização e a formação para a carta de compromissos;
- Promover um programa de educação ambiental junto das escolas da área de intervenção do projeto;
- Definir um Programa de Gestão Ambiental Partilhada.

WP3 – PROMOÇÃO DO ECOTURISMO

Objectivo:

Pretende-se assim:

- Identificar e caracterizar a paisagem e os seus valores naturais e culturais;
- Definir uma rede de percursos para a interpretação da paisagem nas suas diversas componentes e estados ao longo do ano;
- Apoiar projetos de turismo rural e atividades de animação ambiental e cultural que aumentem a atratividade do lugar;
- Identificar oportunidades de desenvolvimento de produtos inovadores que reforcem a sustentabilidade e a identidade cultural da BHRS

WP 4 - COMUNICAÇÃO, DIVULGAÇÃO E NETWORKING

Objetivos:

O sucesso do projeto depende, em boa medida, da capacidade de comunicar os seus objetivos, resultados e da rede de cooperação nacional e internacional que for constituída.

- Criar e alimentar a Página web do projeto
- Produzir materiais impressos e audiovisuais
- Organizar seminário internacional.

Renature Monchique

Atividade | Implementação de ações de restauro ecológico.

A Serra de Monchique, no Algarve, sul de Portugal, foi afetada pelo maior incêndio florestal da Europa em 2018. Quase 28.000ha foram queimados, afetando não apenas a comunidade local, mas também os habitats naturais e espécies desta área. Os incêndios florestais estão a tornar-se mais frequentes em Portugal. Impulsionados pelas alterações climáticas e pelo impacto do homem ao longo dos anos, estes incêndios tornaram-se extremamente destrutivos.

Renature Monchique é um projeto que pretende restaurar os principais habitats da Rede Natura 2000 afetados pelo incêndio, apoiando o bem-estar local e mitigando os impactos futuros das alterações climáticas, ajudando ao mesmo tempo a comunidade local recuperar do desastre causado pelo incêndio.

Miguel Jerónimo ©



Coordenação: GEOTA

Primeiro parceiro/cofinanciador: Ryanair

Parceiros:

- Câmara Municipal de Monchique Lisboa/FCT

- Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas - Algarve

- Região de Turismo do Algarve

Para mais informações consultar:

Como parte da iniciativa de compensação das emissões de carbono da Ryanair, este projeto não apoiará apenas a compensação de toneladas de carbono através da plantação de milhares de árvores, mas também ajudará a revitalizar a ecologia da região de Monchique. O projeto Renature Monchique é resultado de uma parceria entre GEOTA e Ryanair, a Região de Turismo do Algarve, o Instituição da Conservação da Natureza e das Florestas e o Município de Monchique.

<https://www.renaturemonchique.org/>

ou

<https://www.geota.pt/projetos/renature-monchique>

Tarefa 1: Execução e monitorização de processos de restauro ecológico

Estas ações, iniciadas em 2019 pretendem ter um factor pedagógico e de capacitação em temáticas específicas da gestão do território, mais especificamente da importância e boas práticas de gestão de infraestruturas verdes, num contexto Rede Natura 2000, tendo como público-alvo os proprietários florestais e empresários do sector florestal e agrícola. Objetiva-se envolver e capacitar os agentes económicos e autoridades locais, envolvidos no âmbito do projeto, na adoção continuada de práticas para a conservação da natureza e da biodiversidade com vista à protecção de habitats e espécies prioritárias da Rede Natura 2000 e da RNAP ao mesmo tempo que se promove a fruição sustentável e resolução dos problemas ambientais dos mesmos. Estas ações de demonstração *in situ* pretendem capacitar tecnicamente os actores locais sobre manutenção, limpeza e reabilitação de linhas de águas, controlo de espécies invasoras, regeneração ecológica de habitats para a conservação da natureza e biodiversidade e regeneração ecológica pós-fogo. Esta ação é prosseguida do diagnóstico da infraestrutura verde, medidas de gestão a implementar e locais de demonstração *in situ* a intervir, com vista à conservação da natureza e biodiversidade tendo por base a Diretiva Habitats e Directiva Aves desenvolvidos no projeto TerraSeixe.

Tarefa 2: Desenvolvimento de ações de voluntariado

No projeto pretende-se desenvolver uma gama de ações para criar uma cultura cívica territorial na ótica do ordenamento do território e da conservação e valorização do património - natural, paisagístico e cultural – de modo a poder contribuir para formar cidadãos pró-ativos que respeitem a resiliência do Planeta.

As ações no seu conjunto, direcionadas para vários públicos-alvo e faixas etárias, têm como principais objetivos valorizar o território; promover a biodiversidade, os recursos naturais e o património natural; promover a conservação e valorização natural dos sítios e das zonas de proteção especial integrados na Rede Natura 2000; consciencializar e sensibilizar a sociedade civil para uma proteção ativa da floresta contra incêndios e para evitar comportamentos de risco; aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração pública, universidades, associações nacionais e locais, e com a sociedade civil em geral; reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições; e assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil.

Tarefa 3: Processo de participação pública e execução do Plano de Gestão Ambiental Partilhada

A gestão ambiental partilhada assenta em princípios de partilha de responsabilidades e no estabelecimento de compromissos de gestão que sejam convergentes em função de objetivos comuns definidos de forma colaborativa. Com o plano de gestão ambiental partilhada desenvolvido no âmbito da candidatura à operação CRESC ALGARVE 2020 do projeto TerraSeixe, objectiva-se criar as condições financeiras e operacionais para a

execução do mesmo no âmbito do projeto Renature Monchique.

Por outro lado procura-se também responder à necessidade de capacitar e complementar a ação dos parceiros do projeto Renature Monchique em torno de uma base de conhecimento operacional comum com vista a mudar os comportamentos e sensibilizar os atores locais (decisores, empresas, agricultores, população local, turistas, etc.).

Tarefa 4: Comunicação do projeto

Paralelamente à execução das tarefas descritas anteriormente pretende-se implementar uma estratégia de comunicação e plano de comunicação para disseminar as ações desenvolvidas no âmbito do projeto, criar conteúdos audiovisuais e comunicados de imprensa e gerir as redes sociais do GEOTA em torno do projeto. Com este plano de comunicação pretende-se abranger um público mais vasto e não restrito à região de Monchique. Para o ano de 2022 pretende-se criar duas parcerias – Universidade NOVA de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas & Escola Superior de Educação de Coimbra – com o objectivo de desenvolver novos conteúdos de comunicação para o projeto.

Renature Leiria

Atividade | Implementação de ações de restauro ecológico.

O projeto Renature Leiria visa promover o restauro ecológico de uma parte da Mata Nacional de Leiria, que infelizmente foi afetada por um incêndio florestal em 2017. Neste contexto surge a necessidade de restaurar a fertilidade do solo e melhorar o ciclo da água através da plantação de árvores autóctones, aumentando assim a cobertura vegetal de modo a proteger os solos desta área, a recuperar a biodiversidade e os serviços dos ecossistemas. As ações do projeto apoiam a resiliência ecológica e a adaptação ao clima, ao mesmo tempo que reduzem as vulnerabilidades aos incêndios florestais. Coletivamente, esta ação de restauração visa evitar o "ponto de inflexão" do processo de desertificação que infelizmente Portugal sofre devido em grande parte ao acentuar das alterações climáticas. Estas ações intencionais envolvem a plantação de espécies endémicas, como o pinheiro-bravo, bem como sobreiros e medronheiros.

As ações no terreno serão realizadas por equipa especializada, sob a coordenação e supervisão do GEOTA, que garantirá também a sua formação. O GEOTA será responsável pelo planeamento, desenho e implementação dessas intervenções, bem como pelo monitoramento e avaliação dessas intervenções, em estreita colaboração com o corpo técnico do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas responsável pela gestão desta área. Este projeto também pretende ter um impacto social e económico na região pelo que, sempre que possível, serão contratados ou adquiridos localmente, materiais, máquinas e aluguer de veículos, plantas e mão-de-obra. Como parte desta estratégia, o GEOTA também desenvolverá uma campanha de consciencialização e educação junto da comunidade local de modo a aprofundar a conservação desta paisagem, e a adoptar comportamentos responsáveis com vista à mitigação dos incêndios florestais. Até 2025 pretende-se plantar cerca de 650.000 árvores em 520 hectares.

Tarefa 1: Execução e monitorização de processos de restauro ecológico

Estas ações, a iniciar em Janeiro de 2022, pretendem acima de tudo contribuir para a

Miguel Jerónimo ©

Coordenação: GEOTA

Primeiro
parceiro/cofinanciador: One
Tree Planted

Parceiros:

- Instituto de Conservação da Natureza
e das Florestas - Algarve

regeneração ecológica pós-fogo dos habitats florestais com vista à sua conservação e respectiva biodiversidade.

Tarefa 2: Desenvolvimento de ações de voluntariado

No projeto pretende-se desenvolver uma gama de ações para criar uma cultura cívica territorial na ótica do ordenamento do território e da conservação e valorização do património - natural, paisagístico e cultural – de modo a poder contribuir para formar cidadãos pró-ativos que respeitem a resiliência do Planeta.

Invasoras.MCQ**Atividade | Implementação de ações de restauro ecológico.**

O GEOTA em parceria com a Câmara Municipal de Monchique desenvolveu um projeto demonstrativo em duas áreas do concelho de Monchique pretendendo a remoção e erradicação das espécies invasoras existentes.

As espécies invasoras em causa são espécies não endémicas, como por exemplo, a ‘Mimosa’ (Acacia dealbata) e ‘Austrália’ (Acacia melanoxylon) entre outras que podem ser identificadas durante a implementação do projeto.

Para além das ações de erradicação das espécies invasoras o GEOTA desenvolveu um Plano de Comunicação para o projeto com vista a sensibilizar e capacitar a comunidade local em torno da temática das espécies invasoras e das intervenções desenvolvidas bem como a criação de materiais de comunicação para disseminação junto da comunidade local.

As ações de erradicação já foram desenvolvidas em 2021 sendo que em 2022 se pretende desenvolver as ações de capacitação com a comunidade local e a criação de materiais de comunicação.

SUSTENTURIS

Coordenação do projecto com diversos parceiros. Angariação de financiamentos e contactos com os parceiros interessados. Desenvolvimento de protótipo operacional em conjunto com os parceiros.

Retomar o programa de parcerias com empresas de turismo de natureza, com o duplo objectivo de ampliar o leque de parceiros e proporcionar vantagens aos associados do GEOTA.

Avaliação do modelo de gestão da marca “Natural.pt” do ICNF.

Desenvolvimento do projeto Prevent Crowding liderado pelo ISCTE e com o apoio do Turismo de Portugal.

UnderWater Watch

Desenvolvimento de uma base de dados conjunta com o projeto Coastwatch.

O desenvolvimento de uma base dados conjunta com o projeto Coastwatch de forma a desenvolver uma análise conjunta terra-mar, sobre a distribuição e classificação do lixo marinho em Portugal.

Desenvolvimento do formulário e cartaz de divulgação.

Acompanhamento das atividades do Seas At Risk e PONG Pesca

Miguel Jerónimo ©



Coordenação: GEOTA

Primeiro

parceiro/cofinanciador: Câmara Municipal de Monchique

Olga Romão Brito e Abreu©

António Galvão

Fernando Brito e Abreu

J. Joanaz de Melo,

Marlene Marques

José Maria Candeias ©



URL:

<https://www.geota.pt/projetos/underwater-watch>

4. Representações junto de ONG ou similares

Helder Careto

ATTCEI – Associação Transferência de Tecnologia e Conhecimento

Durante 2022 pretende-se assegurar as representações na assembleia geral desta organização de associados coletivos.

Agência Oeste Sustentável

Helder Careto

Teresa Lemos

Seguimento dos trabalhos da Agência, com reuniões regulares e participação na Assembleia Geral. Desenvolvimento de parcerias com a OS.

CPADA – Confederação Portuguesa das ADA-ONGA

João Dias Coelho

Participação nas reuniões da Assembleia Geral

C6 – Coligação de ONGAS GEOTA, FAPAS, SPEA, LPN, QUERCUS, ANP

Seguimento dos trabalhos.

A coordenação do C6 é rotativa em 2022 competirá à ANP/WWF

Helder Careto

Para 2022 foram estabelecidas as três prioridades estratégicas:

João Dias Coelho

- Financiamento da conservação da natureza e da Rede Natura 2000;
- Gestão da Rede Natura 2000 e das Áreas Protegidas;
- Política Agrícola Comum e Estratégia da Biodiversidade.

Patrícia Tavares

deixando os temas da legislação da caça e o da gestão dos recursos hídricos como assuntos secundários/latentes em caso de necessidade e se houver capacidade dos diferentes membros da C6.

Coligação Participar no PEPAC

Jerónimo Duarte

Ana Catarina Miranda

A coligação é composta por mais de 40 personalidades e entidades com interesse e trabalho na área das políticas agrícolas e nos respetivos instrumentos.

Lígia Figueiredo

Irá continuar-se o acompanhamento dos assuntos da Coligação.

Alexandre Pereira

Jéssica Loureiro

Patrícia Tavares

EEB/BEE – European Environmental Bureau

Grupos de trabalho: Manutenção e alargamento das representações nos grupos de trabalho europeus e eventos associados. Divulgação de informação e participação nas campanhas a nível internacional.

João Dias Coelho

Pretende-se assegurar a representação na Assembleia Geral desta organização.

MIA – Movimento Ibérico Antinuclear

Helder Careto

Seguimento dos trabalhos e ações da plataforma.

Marlene Marques

Tem havido uma participação pontual nos trabalhos e eventos da plataforma.

PASC CC

Acompanhamento ao nível da Direção e da Mesa da Assembleia Geral até às próximas eleições. Participação na Assembleia Geral da PASC CC – Plataforma Activa da Sociedade Civil-Casa da Cidadania. Participação nos órgãos sociais (Direção-Tesoureiro Mesa da AG-Vice-Presidente, Assembleia de Representantes, Assembleia Geral).

A PASC aprovou novos estatutos que entrarão em vigor a partir de 2022.

À aprovação dos novos estatutos segue-se a elaboração e aprovação dos novos regulamentos internos, da forma estatutária pré-estabelecida.

Helder Careto (Direção)

João Joanaz de Melo (Vice-presidente da Mesa da AG)

João Dias Coelho e Marlene Marques (Conselho de Representantes e Conselho Superior)

PONG Pesca

Continuação dos trabalhos e participação nos eventos e reuniões promovidos no âmbito da Plataforma.

URL: <https://pongpesca.wordpress.com/>

ProTejo

O GEOTA manterá a representação neste movimento, através da participação ativa nos eventos. Os principais temas seguidos e a continuar a seguir serão: revisão da Convenção de Albufeira, projeto Tejo ou “Alqueva do Ribatejo”, Aeroporto do Montijo e impactes no estuário, poluição por fontes pontuais (instalações industriais) e intensificação da área de regadio e floresta.

Plataforma Oceano Livre

Lançada em 2017. Seguimento dos trabalhos através da área do Mar.

Seas At Risk

Manutenção da representação em eventos, grupos de trabalho específicos e na assembleia geral

José Maria Candeias

Helder Careto

Ana Catarina Miranda

Lígia Figueiredo

José Maria Candeias

Helder Careto

José Maria Candeias

5. Representações em Organismos

Conselho Nacional da Água (CNA)

Continuação do acompanhamento do trabalho do Conselho, com enfoque no desenvolvimento dos Planos de Bacia Hidrográfica.

Representantes:

- Plenário: João Joanaz de Melo

Conselho Estratégico da Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica (*)

João Joanaz de Melo (E)

Irina Gomes (S)

A representação seguirá o estabelecido no programa de mandato submetido em candidatura.

Conselho Estratégico do Parque Natural das Serras Daire e Candeeiros

João Joanaz de Melo (E)

Fernando Pires (S)

Pedro Alves (S)

A representação seguirá o estabelecido no programa de mandato submetido em candidatura conjunta GEOTA, LPN, FPE e GPS.

Acompanhar os processos em curso. Defender maior exigência de monitorização e níveis de proteção. Defender plano de gestão adequado.

Conselho Estratégico do Parque Natural da Serra da Arrábida (*)

Margarida Augusto (E), Lia Vasconcelos (S)

A representação seguirá o estabelecido no programa de mandato submetido em candidatura conjunta LPN e GEOTA

Conselho Estratégico do Parque Natural de Montesinho (*)

Leonel Folhento (E)

Marlene Marques (S)

A representação seguirá o estabelecido no programa de mandato submetido em candidatura conjunta Quercus e GEOTA.

Conselho da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste (*)

Inês Cardolo (E, LPN)

Lígia Figueiredo (S, GEOTA)

A representação seguirá o estabelecido no programa de mandato submetido em candidatura conjunta LPN e GEOTA.

Comissão de Cogestão do Parque Natural de Sintra Cascais (*)

João Dias Coelho (E)

Sandra Pereira (S)

A representação seguirá o estabelecido no programa de mandato submetido em candidatura conjunta GEOTA, LPN, QUERCUS.

Comissão Diretiva da Reserva Natural Local do Paul de Tornada

Teresa Lemos

(representante do GEOTA)

Seguimento dos trabalhos da CD RNLPT.

CNADS-Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (*)

J. Joanaz de Melo (eleito representante das ONGA)

J. Joanaz de Melo coordena grupo de trabalho sobre a Gestão de Áreas Protegidas. Integra ainda os grupos de trabalho sobre Mobilidade e Transportes e sobre a Lei do Clima.

Representa o CNADS no Conselho Superior de Obras Públicas (CSOP) e no wg "Energy and Climate da EEAC Network

Conselho Consultivo do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (*)

Domingos Leitão (E)

João Dias Coelho (S)

Jacinta Bogalhão (S)

A representação seguirá o estabelecido no programa de mandato submetido em candidatura conjunta GEOTA, SPEA. Aguarda indicação pela CPADA da nomeação

Conselho Consultivo da Comissão Nacional de Coordenação de Combate à Desertificação

Justin Roborg-Söndergaard (E)

Miguel Jerónimo (S)

Acompanhamento dos trabalhos do organismo

(*) – Representação das ONGA no âmbito do Protocolo de Nomeação de Representantes em Organismos Públicos gerido pela CPADA.

6. Funcionamento e logística	Responsáveis
<p><u>Secretariado e apoio técnico</u></p> <p>Realização de estágios não remunerados de complemento curricular ou fim de curso para o apoio a áreas e Projetos específicos do GEOTA.</p> <p>Melhoria do nível de atendimento e funcionalidade do secretariado do GEOTA. Manutenção do desempenho no tratamento e arquivo de documentação e informação.</p> <p>Secretariado e despacho da Comissão Executiva e Direção.</p> <p>Funcionamento do Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada</p> <p>Apoio ao desenvolvimento de candidaturas de projetos a diversos tipos de financiamento (e.g. fundos comunitários, fundações, etc.)</p>	<p>Helder Careto (Secretário Executivo)</p> <p>Saúde Martins (Secretária de Direção)</p> <p>Apoio Técnico:</p> <p>Teresa Lemos (Assessora Técnica Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada e Coastwatch, representante na Comissão Diretiva da Reserva Natural Local do Paul de Tornada).</p> <p>Miguel Jerónimo (Apoio técnico ao projeto TerraSeixe, Renature Monchique e Leiria e Invasoras.MCQ)</p> <p>Ana Catarina Miranda, Lígia Figueiredo, Nélia Ramos, Vera Oliveira (contratos projeto Rios Livres - RIR).</p> <p>Carla Pacheco (Prof.ª destacada em projetos de EAS)</p> <p>Apoio na assessoria de imprensa: The Square</p>
<p><u>Acolhimento de voluntários</u></p> <p>Criação de um sistema organizado de acolhimento e enquadramento de voluntários, no sentido tanto de potenciar o trabalho do GEOTA como de tornar o GEOTA atractivo para diversos grupos interessados, com destaque para os estudantes universitários. Cada grupo deverá propor atividades concretas para enquadrar os voluntários, integrado num procedimento geral de acolhimento.</p> <p>Essa ação foi já iniciada em finais de 2020 aproveitando o registo de voluntários que se tem efetuado através das novas funcionalidades na página do GEOTA.</p>	<p>Envolvimento de todos os grupos de trabalho do GEOTA. Coordenação a definir.</p>
<p><u>Equipamento e Software</u></p> <p>Manutenção e reforço da rede informática no GEOTA.</p> <p>Manutenção de software do GEOTA.</p> <p>Manutenção de equipamento.</p>	<p>Comissão Executiva</p> <p>Helder Careto</p>

6. Funcionamento e logística

Responsáveis

Serviços externos

Renovação do serviço de contabilidade.

Manutenção dos seguros de instalações, equipamento e acidentes de trabalho.

Manutenção dos serviços contratualizados de HST.

Comissão Executiva

Saúde Martins

Helder Careto

Plano de Formação

De acordo com a legislação do trabalho, os trabalhadores do GEOTA deverão beneficiar de um período anual de formação profissional de 40h, onde se incluirá a sua participação em ações de formação forma ou informar, certificadas ou não, organizadas pelo GEOTA ou por outras entidades, com aprovação do órgão executivo.

Comissão Executiva

Sede (obras e manutenção)

Manutenção em condições de funcionamento das atuais instalações.

Investimento nas obras de manutenção do condomínio.

Direção

Condomínio

Representação e seguimento dos assuntos do condomínio onde se situa a sede do GEOTA.

Comissão Executiva

Orçamento 2022

Despesas (euros)			Recargas (euros)		
SNC	Descritivo	Ano 2022	SNC	Descritivo	Ano 2022
621	Subcontratos	826 446	71	Vendas	13 700
6221	Trabalhos especializados	616 646	72	Prestações de serviços	500
6222	Publicidade e propaganda	10 275	73	Variações invent. produção	0
6223	Vigilância e segurança	538	74	Trabalhos p/própria entidade	50 441
6224	Honorários	2 749	75	Subsídios à exploração	112 941
6225	Comissões	1 238		IPDJ	0
6226	Conservação e reparação	4 766		CM e outros entes públicos	26 518
6228	Outros serv. especializados	5 150		CCDR Algarve	2 423
6231	Ferramentas e utensílios	5 113		Fundo Ambiental	84 000
6232	Livros e documentação técnica	571	76	Reversões	0
6233	Material de escritório	1 557	77	Ganhos aumentos justo valor	0
6234	Artigos para oferta	1 950	78	Outros rendimentos	889 132
6238	Outros materiais	101 956		Entidades privadas	500
6241	Electricidade	1 758		MAVA (RIR)	377 985
6242	Combustíveis	930		EEB	0
6243	Água	1 076		Donativos	20 900
6248	Outros fluidos	100		Quotas	3 500
6251	Deslocações e estadas	29 530		Outros : CIDN	2 500
6252	Transportes de pessoal	3 551		Outros : Ryanair	250 000
6253	Transportes de mercadorias	250		Outros : One Tree Planted	233 747
6258	Outras deslocações	750	79	Juros, div. e rend. similares	0
6261	Rendas e alugueres	12 544	7	Total de rendimentos	1 066 714
6262	Comunicação	2 373		Transporte de 2021	47 211
6263	Seguros	1 350	811	Resultado antes de impostos	94 572
6264	Royalties	0			
6265	Contencioso e notariado	15 000			
6266	Despesas de representação	1 700			
6267	Limpeza, higiene e conforto	699			
6268	Outros serviços	2 326			
63	Gastos com o pessoal	182 907			
1101	Sede	0			
1201	CEEPT	22 554			
1401	CW	12 532			
1301	Representações nacionais	200			
1302	Rep Internacionais	0			
1412	OMES	0			
14253	Reconnecting Iberian Rivers	104 342			
1417	órgãos	0			
1419	Ribeira de Seixe	40 280			
1421	- Sustenturis	0			
1422	- UnderWaterWatch	0			
1426	EPAL	1 500			
1501	Ativ Ger	1 500			
64	Gastos de depreciação	7 000			
65	Perdas por imparidade	500			
66	Perdas redução justo valor	0			
67	Provisões do período	0			
68	Outros gastos e perdas	2 500			
69	Gastos de financiamento	0			
6	Total de gastos	1 019 353			